

# Sarney defende manifesto e diz que a Lei já prevê a co-gestão

BRASILIA (O GLOBO) — O futuro presidente do Partido Democrático Social, senador José Sarney, defendeu ontem o manifesto do PDS, e afirmou que instituir a co-gestão é cumprir um princípio imperativo da Constituição, que determina sua regulamentação por lei.

Segundo Sarney, a co-gestão é uma tese neo-capitalista — e não marxista — desde que livremente negociada entre empresários e empregados. A Constituição — disse ele — estabelece, em seu artigo 165, como um direito dos trabalhadores “a integração na vida e no desenvolvimento da empresa, com participação nos lucros e, excepcionalmente, na gestão, conforme determinação em lei”.

Na opinião de Sarney, as críticas que vêm sendo feitas ao manifesto do PDS são muito salutares, comprovando que o objetivo do Governo de estimular o debate em torno de idéias políticas foi plenamente atingido.

Ele admite que o documento é bastante avançado, mas não vê nenhum demérito nisso, pois o manifesto exprime intenções e aspirações, enquanto os planos de ação devem fixar objetivos exequíveis num determinado espaço de tempo.

— O manifesto — explicou — é um gesto de vontade. Em seguida vem o programa, que é um detalhamento das idéias contidas no manifesto e, finalmente, os planos de ação. Estes últimos devem estabelecer metas para serem atingidas num determinado prazo, como, por exemplo, um período de Governo.

## PRISCO VIANA

Também o deputado Prisco Viana (BA), um dos articuladores do PDS, considera que o debate em torno do manifesto “estimula e, sem dúvida, ajudará na elaboração do programa do partido”.

— A nossa intenção — acrescentou — era essa mesmo, ou seja, que o assunto provocasse comentários na imprensa, inclusive de membros de outros partidos. A questão da co-gestão, por exemplo, reflete nossa intenção de promover o bem social no País.

O líder do Governo na Câmara, deputado Nelson Marchezan, disse que “o programa do PDS tem duas perspectivas básicas: a primeira é imediata, procurando realizar os objetivos que a classe política propõe; a outra se baseia em problemas que exigem mais tempo para sua solução, como o fim das injustiças e a distribuição das riquezas”.